



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Nota de esclarecimento

A respeito da nota divulgada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), em 02 de abril de 2012, em que se abordam questionamentos levantados pela Controladoria Geral da União (CGU), a Universidade Federal do Tocantins (UFT) esclarece que, como toda instituição pública, a UFT passa por auditorias do órgão para acompanhamento de suas ações e recomendação de procedimentos. Em todas elas, o tratamento da Universidade é o mesmo, pautado pelo respeito ao trabalho da Controladoria e pela urgência e transparência no fornecimento das informações necessárias.

Nos processos apontados, a atitude da UFT não foi diferente. Todas as respostas às dúvidas elencadas pela CGU foram enviadas no prazo estipulado e muitas das situações citadas, já esclarecidas sem qualquer indício de desvio ou má utilização dos recursos públicos. “Trata-se de procedimento padrão da Controladoria pelo qual todo órgão federal passa frequentemente, a exemplo do processo relativo à Universidade da Maturidade (UMA), em que as recomendações já foram acatadas pela administração”, explica o procurador federal junto à UFT, Marcelo Fonseca.

O chefe da Controladoria Geral da União no Tocantins, David Rosa, reforça o caráter dos trabalhos desenvolvidos pela CGU. “É rotina da Controladoria, em suas notas de auditoria, colocar questões aos gestores sobre todos os processos administrativos. No caso específico da UFT, durante todo o período que acompanhamos os relatórios de gestão, não se constatou nenhum indício de desvios de recursos, tampouco má verbação dos mesmos. Isso está materializado no certificado de auditoria emitido no ano passado, dando regularidade às contas da UFT, disponível para consulta de qualquer cidadão”, afirma Rosa.

Ressalta-se que a eficiência e a dedicação dos profissionais envolvidos nos projetos citados levaram a Universidade a destaque. O programa de extensão Universidade da Maturidade, que teve início em 2006, conta hoje com mais de 1500 alunos em dez cidades de norte a sul do Tocantins. Já o projeto Pesquisa Nacional Custo-Aluno – que mapeia a situação do transporte escolar rural no Brasil por meio de trabalho coordenado nacionalmente pela UFT, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – possui 14 equipes espalhadas em todas as regiões do país, com supervisores e pesquisadores realizando, desde o segundo semestre de 2011, trabalhos em campo. Neste mês, a UFT foi convidada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a apresentar a Pesquisa aos técnicos do órgão como modelo de metodologia para iniciativas similares a serem desenvolvidas pelo Tribunal.

A Universidade Federal do Tocantins reforça que, em quase nove anos de atividades, todas suas contas foram aprovadas pelos órgãos fiscalizadores. “Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas desde sua implantação, em um cenário de infraestrutura precária e falta de professores e técnicos para atendimento a mais de 7 mil alunos, sempre nos guiamos por uma administração pública, séria e eficiente. Por diversas vezes, esse trabalho foi elogiado pelos órgãos de controle, que ressaltam a evolução de nossos procedimentos”, afirma o pró-reitor de Administração da UFT, José Guimarães Neto.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

A moralidade e a transparência são valores irrenunciáveis em qualquer ação da Universidade, incluindo a relação com sua Fundação de Apoio – que, como instituição credenciada pelos ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia, também passa por constante fiscalização e controle. “Lamentamos o uso de importantes instituições para fins eleitoreiros, submetendo profissionais e a própria Universidade a constrangimentos desnecessários”, diz Guimarães. As eleições na UFT ocorrerão dia 10 de abril, próxima terça-feira.

Confira abaixo a íntegra da nota encaminhada pelo chefe da CGU no Tocantins, David Rosa:

5 de

← + ! ☒ ☑ Mais ▾

REITOR - UFT 11:37 (5 horas atrás) ☆
----- Mensagem encaminhada ----- De: REITOR - UFT <reitor@mail.uft...>

David Lemos Rosa 12:05 (5 horas atrás) ☆
para mim ▾

Prezado Reitor,

Em atenção à mensagem abaixo, informo primeiramente que a Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Poder Executivo Federal responsável, entre outras funções, por fazer auditorias e fiscalizações para verificar como o dinheiro público está sendo aplicado.

Essa atribuição é exercida pela CGU por meio da sua Secretaria Federal de Controle Interno, área responsável por fazer auditorias sobre a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados, entre outras funções.

No caso específico da matéria publicada, informo que não tínhamos o conhecimento de tal publicação e após o contato telefônico dessa Reitoria, foi que lemos a matéria e pudemos verificar que havia links que levavam à documentos escaneados, os quais se tratavam de Notas de Auditoria que foram emitidas para a apresentação de justificativas sobre os pontos levantados pela Equipe de Auditoria. Pontos estes que foram devidamente esclarecidos no decorrer das auditorias de acompanhamento.

Não é demais acrescentar que a Auditoria Anual de Contas realizadas pelo Controle Interno, visa verificar as informações prestadas pelos administradores públicos federais, bem como analisar os atos e fatos da gestão, com vistas a instruir o processo de prestação de contas que subsidiará o julgamento pelo Tribunal de Contas da União.

É rotina da Controladoria, em seus trabalhos de auditoria, emitir notas de auditoria, solicitando esclarecimentos aos gestores sobre todos os pontos verificados nos processos administrativos. No caso específico da UFT, nos trabalhos de acompanhamento da gestão, e principalmente nas Auditorias Anuais de Contas, não se constatou nenhum indicio de desvios de recursos, tampouco má verificação dos mesmos. Tal fato está materializado nos certificados de auditoria emitidos nos exercícios passados, os quais estão disponíveis no sítio dessa Instituição de Ensino, cujo julgamento proposto, foi pela regularidade da gestão.

Atenciosamente,

David Lemos Rosa
Chefe da CGU-Regional/TO

Palmas, 03 de abril de 2012.